

VIOÊNCIA CONTRA MULHER: O CICLO DE VIDA DA PESQUISA NA MIRA DA CIÊNCIA DE DADOS

Violence against women: the research lifecycle in the crosshairs of Data Science
Violencia contra las mujeres: el ciclo de vida de la investigación en la mira de la Ciencia de Datos



Thiago Magela Rodrigues Dias
Doutor em Modelagem Matemática e Computacional, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
Professor, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4687858846001290>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5057-9936>



Hellem Cristian Basilio Lopes
Especialista em Gestão de Projetos, Universidade Anhanguera (UNIDERP), Brasília, DF, Brasil.
Assistente de Pesquisa do Projeto Mulheres, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9793468664793724>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7126-979X>



Hélia de Sousa Chaves
Doutora em Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
Analista em Ciência e Tecnologia, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6566830393005282>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0412-2892>



Marcel Garcia de Souza
Doutorando em Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
Coordenador de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
Coordenador do Projeto Mulheres, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasília, DF, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9517728665816047>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2255-199X>



Leda Cardoso Sampson Pinto
Ph.D. em Astrofísica, University of Cambridge, Cambridge, Reino Unido.
Coordenadora de Inclusão Informacional e Divulgação de Ciência e Tecnologia, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5350538098267724>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8895-7847>



Juliana Pinheiro Farias
 Pós-graduada em Compliance e Relações Governamentais (Pós-Graduação Especialização Lato Sensu), Centro Universitário Internacional (UNINTER), Curitiba, PR, Brasil.
 Assistente de Pesquisa do Projeto Mulheres, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7301155906005194>
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9339-7953>



Maria de Nazaré Freitas Pereira
 Doutora em Ciências Humanas: Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Coordenadora de Informação do Projeto Mulheres, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil.
 Docente colaboradora na linha de pesquisa Comunicação Científica, Ciência Aberta e Estudos Métricos, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0817031652271267>
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1254-4868>

Resumo

Introdução: Trabalho decorrente de projeto em andamento desde 2022 na temática violência contra mulher, em suas vertentes de atendimento e de proteção, e em seus módulos de informação cadastral, bibliográfica e estatística, com vistas a futuro desenvolvimento de um sistema de informação do tipo *Current Research Information Systems (CRIS)* temático, reunindo ciclo de vida da pesquisa e ciência de dados. Na fase inicial, explora o módulo projetos de pesquisa. **Metodologia:** Levantamento manual de registros de projetos no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), seguido de emprego de metodologias e técnicas no âmbito das ciências dos dados, com levantamento parametrizado por linha de pesquisa na temática “mulheres em situação de vulnerabilidade”, orientado por palavras-chave que a qualificam. **Resultados:** 302 grupos de pesquisa em 114 Instituições de Ensino Superior dão origem a múltiplas análises, desde sua distribuição geográfica (34% no Nordeste e 32% no Sudeste), seguidos de análise temporal cumulativa, ao longo de 40 anos (1983-2022), dos quais 90% deles ganham proeminência no século XXI com a escalada do feminicídio e da violência contra mulheres, constatação referendada pelas principais linhas de pesquisa, intercambiando termos intimamente conectados, mobilizando cerca de 6.100 colaboradores (35% doutores e 19% mestres). A futura agregação de módulo de visualização de dados suscita discussão sobre dificuldade e atualidade de dados estatísticos no campo da violência contra mulher, inserida em uma complexa e intrincada rede de relações. **Considerações Finais:** O futuro desenvolvimento de um sistema *CRIS* sinaliza para o caráter inovador de políticas públicas ancoradas em pesquisa de intervenção recomendada pela Organização Mundial da Saúde.

Palavras-chave: violência contra mulher; sistemas *CRIS*; diretório dos grupos de pesquisa no Brasil; projetos de pesquisa; Ciência de Dados.

Abstract

Introduction: Paper resulting from a project in progress since 2022 on the theme of violence against women, in its aspects of care and protection, comprising registry, bibliographic and statistical information, in view of future development of a

thematic CRIS-type information system, bringing together research life cycle and data science. In its initial phase, it explores the research projects module. **Methodology:** Manual survey of project records in the Directory of Research Groups in Brazil (DGP), followed by the use of methodologies and techniques in the field of data sciences, with a survey parameterized by a line of research on the theme “women in situation of vulnerability”, guided by keywords related to it. **Results:** 302 research groups in 114 Higher Education Institutions give rise to multiple analyses, from their geographical distribution (34% in the Northeast and 32% in the Southeast), followed by a cumulative temporal analysis, over 40 years (1983-2022), of which 90% of them gain prominence in the 21st century with the escalation of femicide and violence against women, a finding endorsed by the main lines of research, exchanging intimately connected terms, mobilizing around 6,100 collaborators (35% doctors and 19% masters). The future addition of a data visualization module raises discussion about the difficulty and timeliness of statistical data in the field of violence against women, inserted in a complex and intricate network of relationships. **Final Considerations:** The future development of a CRIS system points to the innovative character of public policies anchored in intervention research, as recommended by the World Health Organization.

Keywords: violence against women; CRIS systems; Directory of Research Groups in Brazil (DGP); research projects; Data Science.

Resumen

Introducción: Trabajo resultante de un proyecto en curso desde 2022 sobre el tema de la violencia contra la mujer, en sus vertientes de atención y protección, y en sus módulos información catastral, bibliográfica y estadística, con miras a miras al futuro desarrollo de un sistema de información tipo CRIS temático, que reúne el ciclo de vida de la investigación y la ciencia de datos. En su fase inicial, explora el módulo de proyectos de investigación. **Metodología:** Levantamiento manual de registros de proyectos en el Directorio de Grupos de Investigación de Brasil (DGP), seguido del uso de metodologías y técnicas en el campo de las ciencias de datos, con levantamiento parametrizado por línea de investigación sobre el tema “mujeres en situación de vulnerabilidad”, guiada por palabras claves que la califican. **Resultados:** 302 grupos de investigación en 114 Instituciones de Educación Superior dan lugar a múltiples análisis, a partir de su distribución geográfica (34% en el Nordeste y 32% en el Sudeste), seguido de un análisis temporal acumulativo, a lo largo de 40 años (1983-2022), de los cuales 90% de ellos cobran protagonismo en el siglo XXI con la escalada de femicidios y violencia contra las mujeres, hallazgo avalado por las principales líneas de investigación, intercambiando términos íntimamente conectados, movilizandando alrededor de 6.100 colaboradores (35% doctores y 19% maestrías). La futura incorporación de un módulo de visualización de datos plantea la discusión sobre la dificultad y oportunidad de los datos estadísticos en el campo de la violencia contra la mujer, inserta en una compleja e intrincada red de relaciones. **Consideraciones Finales:** El desarrollo futuro de un sistema CRIS apunta al carácter innovador de las políticas públicas ancladas en la investigación de intervención, como recomienda la Organización Mundial de la Salud.

Palabras clave: violencia contra la mujer; sistemas CRIS; Directorio de Grupos de Investigación de Brasil (DGP); proyectos de investigación; Ciencia de Datos.

1. Introdução

O trabalho decorre de projeto em andamento desde 2022, desenvolvido no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) na temática violência contra mulher, em suas vertentes de atendimento e de proteção, e em seus módulos de informação cadastral, bibliográfica e estatística, com vistas à futura integração em sistema de informação.

Em seu artigo 5º, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, define “violência contra mulher” como “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” (BRASIL, 2006).

Em seu desenvolvimento, o trabalho junta ciclo de vida da pesquisa e ciência de dados. O ciclo de vida da pesquisa científica reúne componentes de sistemas de informação que registram todas as etapas da atividade de pesquisa, desde a submissão de um projeto para financiamento até a publicação de seus resultados, os chamados sistemas de informação de pesquisa corrente, mais conhecidos pela sigla em inglês *CRIS* (*Current Research Information Systems*)¹. A proposta é de futuro *CRIS* temático, tendo como fonte de dados o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), validado pelo Currículo Lattes, igualmente oficial, certificada, ambos pertencentes à Plataforma Lattes, do CNPq.

Inicialmente, explora-se o componente projetos de pesquisa registrados no DGP, ganho estratégico para enfrentamento da violência contra a mulher: modalidade de pesquisa inovadora proposta pela *World Health Organization* (WHO), a pesquisa de intervenção é orientação significativa para alterar de forma estrutural, a realidade documentada nas pesquisas tradicionais. A recomendação que resume o alvo da nova modalidade é para pesquisadores e financiadores das pesquisas, agências de financiamento governamentais e privadas, pois ambos “[...] têm a obrigação ética de ajudar a garantir que suas descobertas sejam adequadamente interpretadas e usadas para avançar no desenvolvimento de políticas e intervenções” (WHO, 2016, p. 20, tradução nossa).

¹ “Corrente” significa aquilo que pertence ao tempo presente, o que acontece ou está sendo usado agora, pode se referir a uma pesquisa em desenvolvimento hoje ou a uma pesquisa já concluída

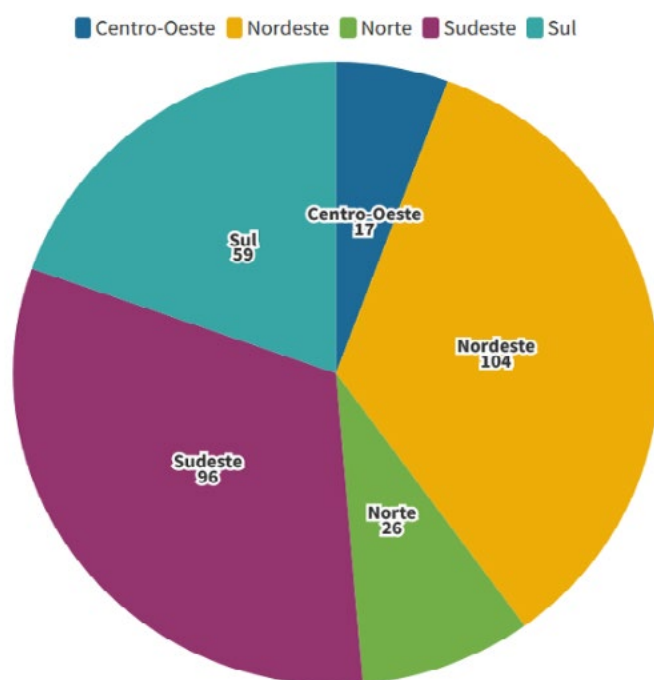
2. Procedimentos metodológicos

O primeiro passo foi o levantamento manual no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), e a recuperação de considerável número de registros, um total de 302 grupos de pesquisa no tema (CNPq, 2022). O levantamento foi parametrizado por linha de pesquisa na temática “mulheres em situação de vulnerabilidade”, com as seguintes palavras-chave: “desigualdade de gênero”, “empoderamento feminino”, “enfrentamento à violência contra mulher”, “feminicídio”, “Lei Maria da Penha”, “mulheres em situação de vulnerabilidade”, “relacionamento abusivo”, “violência contra mulher”, “violência de gênero”, “violência doméstica” e “violência por parceiro íntimo”. Para aprofundar as análises, à luz da projeção quantitativa dos dados que derivariam dos 302 grupos de pesquisa, optou-se pela extração e integração de conjuntos de dados sobre os pesquisadores integrantes de tais grupos, utilizando-se de metodologias e rotinas computacionais no âmbito das ciências dos dados.

3. Resultados

Os resultados contemplam os indivíduos vinculados aos grupos de pesquisa recuperados na consulta parametrizada no DGP e os próprios grupos em que foram localizados 302 grupos de pesquisa. Detectou-se que a grande maioria dos grupos estão vinculados às instituições acadêmicas situadas nas regiões Nordeste e Sudeste, representando 34% e 32%, respectivamente (GRÁFICO 1).

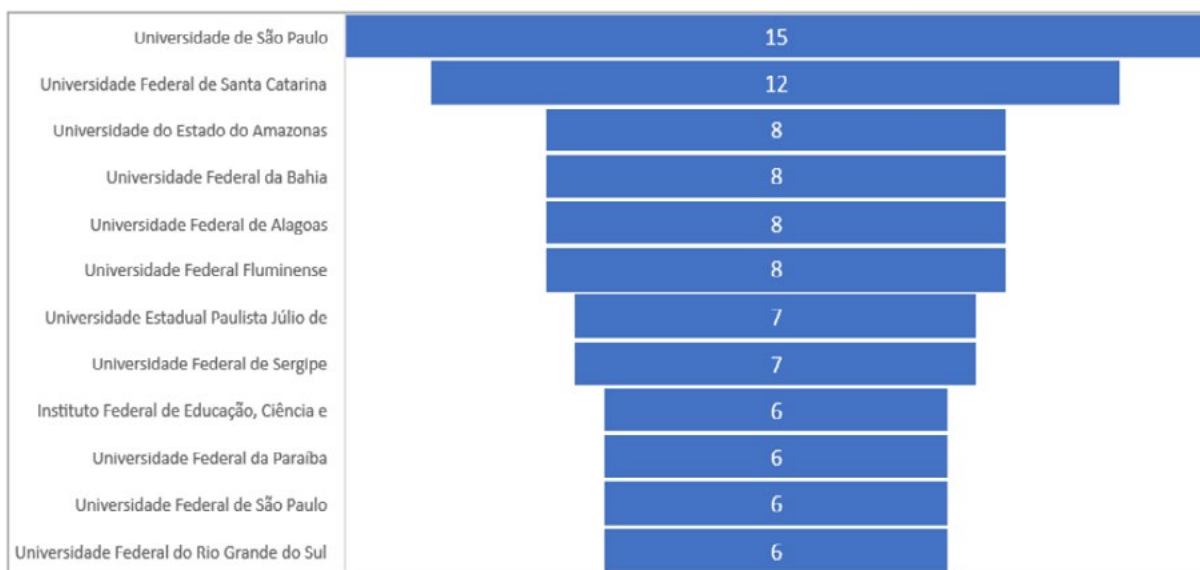
Gráfico 1 – Distribuição regional dos grupos de pesquisa em violência contra a mulher e mulheres em situação de vulnerabilidade



Fonte: Dados da pesquisa, com base em levantamento no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) – julho/setembro 2022 (CNPq, 2022).

Os 302 grupos de pesquisa encontram-se distribuídos em 114 instituições de ensino superior (IES), com níveis de atuação federal e estadual. Os resultados sugerem uma diversidade de instituições engajadas no tema em questão. No entanto, observa-se que quase metade (45%) das IES abriga apenas um grupo de pesquisa cadastrado. Isso indica uma concentração de esforços em pesquisas dentro de um número limitado de IES, enquanto outras possuem maior número de grupos de pesquisa. É importante ressaltar que a presença de múltiplos grupos de pesquisa em algumas IES pode ser o reflexo de investimentos específicos nessas instituições ou de um ambiente mais propício à colaboração e ao desenvolvimento de pesquisa na temática em questão (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Principais organizações com maior quantidade de Grupos de pesquisa em violência contra mulher



Fonte: Dados da pesquisa, com base em levantamento no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) – julho/setembro 2022 (CNPq, 2022).

Tendo em vista que o centro do Governo Federal está localizado em Brasília, foram particularizados os registros da região Centro-Oeste. Observa-se que, do total de grupos, quatro estão vinculados à Universidade de Brasília e um à Câmara dos Deputados (QUADRO 1). A presença de um grupo de pesquisa dentro de uma instituição não acadêmica, como a Câmara dos Deputados, se equipara ao papel desempenhado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, quanto ao assessoramento que presta aos representantes do povo sobre assuntos a respeito dos quais eles devem legislar.

Quadro 1 - Grupos de pesquisa em violência contra mulher e mulheres em situação de vulnerabilidade localizados em Brasília, DF.

Grupo	Linha de pesquisa em andamento	Instituição
Saúde Mental e Gênero	Saúde mental e gênero	Universidade de Brasília
Saúde Mental e Gênero	Violência contra mulher e saúde mental	Universidade de Brasília
Laboratório de Pesquisa em Saúde da Mulher - UNB	Violência Sexual e Doméstica contra mulheres	Universidade de Brasília
Moitará - Grupo de Pesquisa de Direitos Étnicos	Violências contra indígenas mulheres	Universidade de Brasília
Gênero e Representação Política	Instituições políticas, comportamento e desigualdade de gênero	Câmara dos Deputados

Fonte: Dados da pesquisa, com base em levantamento no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) – julho/setembro 2022 (CNPq, 2022).

A variável “ano de formação” do grupo foi igualmente trabalhada, resultando na distribuição temporal significativa ao se acumularem os quantitativos de grupos de pesquisa criados ano a ano ao longo de quatro décadas (TABELA 1).

Tabela 1 – Demonstrativo acumulado da criação de 302 Grupos de Pesquisa em violência contra mulher e mulheres em situação de vulnerabilidade, nas quatro últimas décadas.

Ano de formação do grupo	Número de grupos	Acumulado	Ano de formação do grupo	Número de grupos	Acumulado
1983	1	1	2006	15	89
1989	4	5	2007	4	93
1990	2	7	2008	6	99
1991	2	9	2009	14	113
1992	3	12	2010	13	126
1993	1	13	2011	10	136
1994	1	14	2012	11	147 (+50%)
1995	3	17	2013	13	160
1996	6	23	2014	8	168
1997	1	24	2015	14	182
1998	2	26	2016	27	209
1999	3	29	2017	19	228
2000	12	41	2018	21	249
2002	2	43	2019	27	276
2003	3	46	2020	15	291
2004	14	60	2021	19	300
2005	4	64	2022	2	302
Total Geral					302

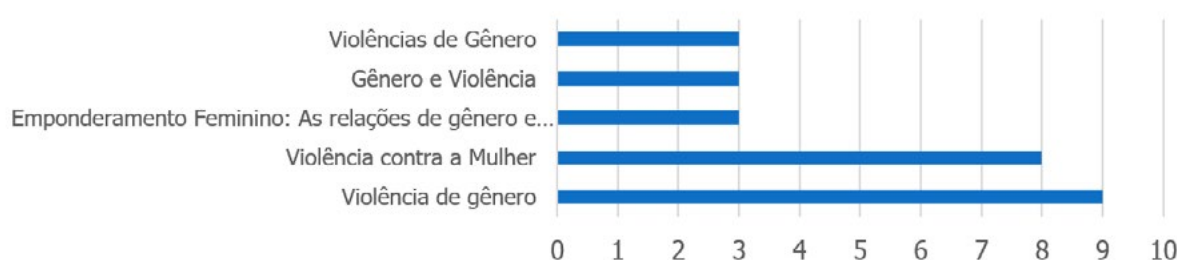
Fonte: Dados da pesquisa, com base em levantamento no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) – julho/setembro 2022 (CNPq, 2022).

Em 40 anos, foram constituídos 302 grupos de pesquisa, metade dos quais (147) levou 30 anos para se organizar, enquanto a outra metade foi criada em apenas 10 anos. Nos anos 1980 e 1990, a constituição desses grupos é quase episódica, totalizando 10% do total. É no século atual que tais grupos ganham proeminência com a escalada do feminicídio e da violência contra as mulheres (TABELA 1).

Ao considerar as principais linhas de pesquisa presentes no conjunto de grupos analisados, é possível destacar temáticas relevantes. Nesse contexto, é notável o enfoque dado a questões relacionadas à “violência de gênero” e ao

“combate à violência contra a mulher”. Tais temáticas refletem a preocupação da comunidade em compreender, enfrentar e propor soluções para um problema social grave e atual. A pesquisa nessas áreas é fundamental para avançar na compreensão das causas e consequências da violência de gênero, bem como para subsidiar políticas públicas e ações de prevenção e combate. Outra linha de pesquisa relevante é “empoderamento feminino”, que se destaca como um tema de grande importância na atualidade e abrange uma ampla gama de tópicos, incluindo igualdade de gênero, participação política e econômica das mulheres, acesso a oportunidades educacionais e profissionais, entre outros aspectos. A pesquisa nessa área pode contribuir para o fortalecimento da igualdade de gênero e para a promoção de sociedades mais justas e inclusivas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Principais linhas de pesquisa identificadas



Fonte: Dados da pesquisa, com base em levantamento no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) – julho/setembro 2022 (CNPq, 2022).

A sumarização das principais linhas de pesquisa, conforme apresentada no (GRÁFICO 3), oferece visão geral e organizada das temáticas exploradas pelos grupos de pesquisa analisados. A visualização pode auxiliar na identificação de áreas de interesse comum, incentivar a colaboração entre pesquisadores e orientar a formulação de políticas e estratégias de pesquisa. Importante destacar que esta análise levou em consideração as linhas de pesquisa registradas pelos líderes dos grupos, que podem realizar o cadastro de diversas linhas de pesquisa para um determinado grupo, não tendo sido realizado nenhum processo de identificação de similaridade entre as linhas.

Ao considerar a produção acadêmica dos indivíduos que compõem o conjunto dos grupos analisados, foi possível identificar, inicialmente, que esses grupos contam com aproximadamente 6.100 colaboradores distribuídos em diferentes níveis de formação acadêmica. Ao analisar a formação acadêmica dos colaboradores dos grupos de pesquisa, observamos que cerca de 35% possuem doutorado concluído, enquanto aproximadamente 19% possuem mestrado concluído. Esses números indicam que a maioria dos integrantes dos grupos de pesquisa investigados possui os mais altos níveis de formação acadêmica. Essa constatação sugere um ambiente de pesquisa robusto e um comprometimento significativo com o desenvolvimento de estudos avançados sobre a temática da violência contra a mulher.

3.1 Pequena radiografia estatística

Na segunda fase deste trabalho, deve-se contemplar o acoplamento ao sistema de informação, quando pertinente, de um visualizador de dados com estatísticas selecionadas, incidindo sobre dados georreferenciados, como os da rede de atendimento e de proteção de mulheres violentadas. Dados estatísticos podem ser de difícil compreensão para público não especializado na situação ali espelhada, como o feminicídio, geralmente

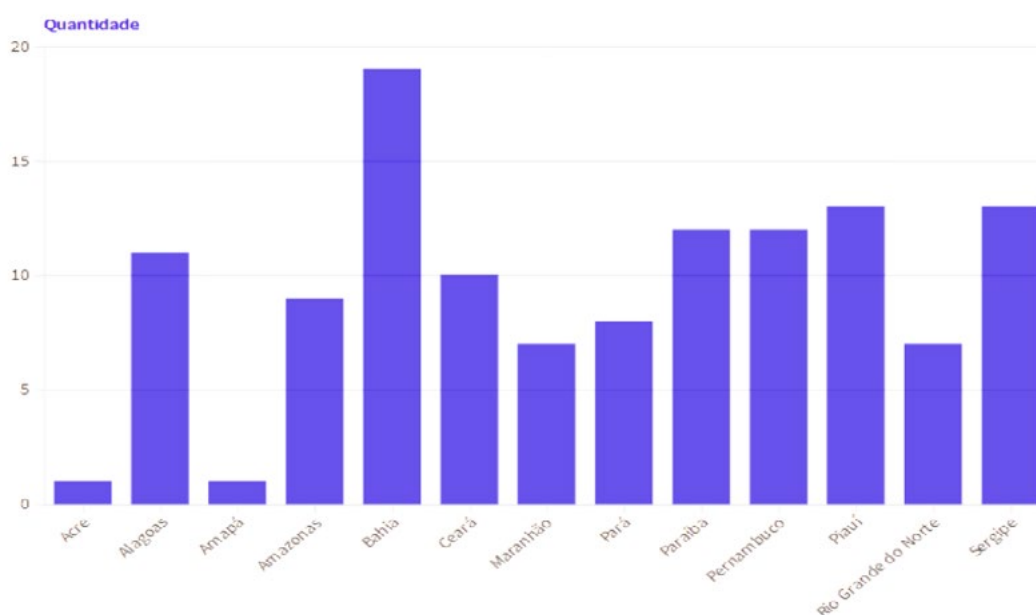
parte de uma trama complexa de relações. Por essa razão, o início do módulo de visualização de dados, em seu componente de estatísticas, deve ser antecedido de estudo sobre o assunto. Um dos melhores trabalhos é de autoria de uma organização não governamental, a ARTIGO 19.

A ARTIGO 19 decidiu analisar os dados abertos disponibilizados sobre violência contra a mulher e feminicídio com o propósito de contribuir para maior visibilidade do problema e de suas dimensões, assim como possibilitar que a sociedade civil monitore políticas públicas desenhadas para combater esse tipo de violência. [...] É importante ressaltar, no entanto, que a mera abertura das bases de dados pode não resultar nos benefícios democráticos esperados, uma vez que os dados disponibilizados podem não ser os mais necessários, não estar devidamente atualizados, inviabilizar cruzamentos essenciais, não ser apresentados em linguagem ou formato adequados ou, simplesmente, conter sérios erros oriundos da produção e coleta. (ARTIGO 19, 2018, p. 2)

Deslocando-se para outro nível, o das séries históricas, Liara Cíntia Engel, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), menciona, em relatório de pesquisa publicado em 2020 (ENGEL, 2020), a limitação dessas séries para questionamento do aumento da violência contra mulheres entre nós. A partir dos dados analisados em sua pesquisa, a autora destaca que, apesar do aumento da violência contra mulheres, ele não se encontra espelhado em séries estatísticas históricas (ENGEL, 2020). É fato que aumentou, os dados é que encolheram!

Ao finalizar a análise estatística dos grupos de pesquisa extraídos do Diretório do CNPq, e, ainda, sobre dados estatísticos que podem enriquecer a análise associada às pesquisas, dados publicados pelo Ministério da Cidadania e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) indicam que 13 estados brasileiros têm mais beneficiários de programas sociais do que trabalhadores formais. Esses estados estão situados, nove na região Nordeste e quatro na região Norte (Acre, Amazonas, Amapá e Pará) (GRÁFICO 4).

Gráfico 4 – Distribuição Grupos de Pesquisa na temática mulheres violentadas e mulheres em situação de vulnerabilidade nos estados com maior participação do auxílio governo na renda da população.



Fonte: Dados da pesquisa com base no Levantamento realizado no Diretório de Pesquisa do CNPq - julho/setembro 2022 (CNPq, 2022).

Dos 302 grupos de pesquisa vinculados aos temas relacionados a “mulheres em situação de vulnerabilidade”, 41% (123 grupos) estudam realidades multifacetadas nos estados do Norte e Nordeste, onde há maior número de pessoas que dependem mais do auxílio do governo do que do trabalho formal (GRÁFICO 4), possível indicativo de saúde emocional afetada pela precariedade do mercado de trabalho.

4. Considerações Finais

A análise da distribuição dos grupos de pesquisa revela cenário heterogêneo, com diferentes níveis de concentração. Compreender a distribuição e buscar formas de promover distribuição mais equitativa é essencial e necessária.

A expertise acadêmica dos membros desses grupos é um fator essencial para a produção de literatura especializada de qualidade. Com base nessa premissa, o próximo passo consiste em implementar rotinas computacionais para coletar os currículos dos pesquisadores, registrados na Plataforma Lattes. Tal abordagem permitirá a extração de dados bibliográficos relevantes, incluindo artigos científicos, livros, capítulos de livros e outras publicações científicas e técnicas.

A futura disponibilização da literatura especializada coletada como conjuntos de dados representará valiosa fonte de informações que poderá ser explorada para diversos outros esforços de pesquisa relacionados à violência contra a mulher. Os conjuntos de dados poderão ser utilizados por pesquisadores, gestores públicos, organizações não governamentais e outros atores interessados na compreensão aprofundada desse fenômeno social. Com a exploração desses dados do ponto de vista biblio-sociométrico, será possível conduzir análises quantitativas e qualitativas, identificando tendências, lacunas de conhecimento, abordagens teóricas e metodológicas predominantes, além de examinar a evolução do campo de pesquisa ao longo do tempo. As análises poderão fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas, a formulação de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, assim como para a elaboração de campanhas de conscientização e intervenções sociais. Ademais, a disseminação dos conjuntos de dados permitirá que outros pesquisadores acessem e utilizem essas informações, promovendo maior colaboração e sinergia entre diferentes grupos de pesquisa e instituições. Isso fortalece a troca de conhecimentos, a replicabilidade dos estudos e o avanço coletivo do campo de pesquisa sobre violência contra a mulher. Em resumo, a análise da formação acadêmica dos membros dos grupos de pesquisa evidencia a relevância da expertise nesse campo de estudo.

O cruzamento dos dados de três fontes – o Diretório do CNPq, o Ministério da Cidadania e o CAGED – é apenas um exemplo da riqueza que se descortina para avaliar as múltiplas influências que incidem sobre fenômenos de comunicação científica. As escolhas de pesquisas plasmadas pela pujante realidade que cerca grupos sociais se espelha – com o correr do tempo e da história que não muda de direção – em estatísticas que vão se avolumando para confirmar, de um lado, o acerto da escolha para documentar e, de outro, a impotência para transformar. Contudo, o caráter inovador da atribuição de mudança de papel de quem financia e de quem executa, proposto pela *WHO*, pode levar a desdobramentos no desenho de políticas públicas seguidos de acompanhamento e avaliação. A literatura inspirada nesse paradigma há de falar basicamente “de” intervenção e não “sobre” intervenção. Dessa forma, após a consolidação do sistema *CRIS*, será possível a ele acrescentar o módulo de financiamento da pesquisa, ensejando desejáveis tratativas de órgãos competentes para as decorrentes discussões de políticas públicas estruturais, envolvendo financiadores da pesquisa e IES.

Referências

ARTIGO 19. **Dados sobre feminicídio no Brasil**: #invisibilidademata. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2018. 8 p. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Femic%C3%ADdio-no-Brasil-.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Vigência (Vide ADI nº 4424). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

CNPq. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 30 set. 2022.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. Brasília, DF: IPEA, 2020. 60 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ethical and safety recommendations for intervention research on violence against women**: building on lessons from the WHO publication - Putting women first: ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women. Geneva: World Health Organization, 2016. 40 p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/251759/9789241510189-eng.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.